

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO  
PARA O MUNICÍPIO DE DESCALVADO E SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS  
2013/2014**

Por este instrumento e na melhor forma de direito, de um lado, como representante da categoria profissional, o **SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SÃO CARLOS E REGIÃO, - SINCOMERCIÁRIOS SÃO CARLOS** CNPJ Nº 57.716.342/0001-20, REGISTRO SINDICAL Nº 005.133.86188-1, com sede na Rua Jesuíno de Arruda, nº 2522, Centro, São Carlos, São Paulo. CEP 13560-060, neste ato representado por seu Presidente Sr. Ademir Lauriberto Ferreira, CPF/MF 296.400.598-20, Assembleia Geral realizada na sede do Sindicato no período de 05/08/2013 a 21/08/2013, e de outro, como representante da categoria econômica, o **SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE PIRASSUNUNGA E REGIÃO**, entidade sindical de primeiro grau, Registro Sindical nº D.R.T. – 15.374 de 1.942, inscrita sob CNPJ/MF nº 54.851.449/0001-92, com sede na Ladeira Padre Felipe, 2285, Centro, Pirassununga - SP, através de seu **Presidente Paulo João de Oliveira Alonso**, brasileiro, portador do CPF nº 271.806.208-82, Assembléia Geral realizada em sua sede no dia 16/08/2013, e reunião realizada no dia 07/10/2013 às 9h00 nas dependências da Associação Comercial e Industrial de Descalvado conforme edital de convocação publicado no jornal de Descalvado de 21/09/2013 e nas dependências da Associação Comercial de Santa Cruz das Palmeiras no dia 26/09/2013, na cidade de Santa Cruz das Palmeiras, estabelecem a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2013/2014 PARA OS MUNICIPIOS DE DESCALVADO E SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS**, com vigência à PARTIR DE 17/11/2013 até 16/11/2014, tendo por objeto a estipulação de horário especial de trabalho em datas especiais, bem como o estabelecimento do BANCO DE HORAS para as respectivas compensações de horário de

trabalho, conforme preceituado nos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho. Excepciona-se, para o município de Descalvado e Santa Cruz das Palmeiras, as atividades disciplinadas, exclusivamente, pelo disposto na Lei nº605/49 e no Decreto nº27.048/49 que a regulamentou.

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Estabelecem as partes o funcionamento do comércio e o trabalho dos Comerciantes em datas especiais, conforme relacionado abaixo, mês a mês, apenas para efeito de promoções coletivas, vedada a promoção individual em qualquer outro dia, inclusive, aos domingos que não contemplados abaixo. Para o trabalho e funcionamento aos domingos deverá ser apresentado ao Sindicato Patronal pedido para tal fim, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para negociação de Convenção Coletiva de Trabalho com o Sindicato dos Empregados com esta finalidade.

## **DEZEMBRO**

**SÁBADOS** - No primeiro, segundo e terceiro sábado que antecede a data natalina (25) o horário será das **9h00min às 17h00min** com duas horas de almoço. Pelas horas efetivamente trabalhadas deverão ser computadas até o limite de duas horas tidas como “horas extras” que assim serão pagas e ou compensadas através de BANCO DE HORAS pelo prazo máximo de 120 dias.

**DE SEGUNDA – FEIRA Á SEXTA – FEIRA** – Da primeira sexta feira á ultima que antecede a data natalina (25) o horário será das **9h00min às 22h00min**. Deverá ser concedido três horas para refeição, respeitando o limite mínimo de uma hora por refeição. Pelas horas efetivamente trabalhadas deverão ser computadas até o limite de duas horas tidas como “horas extras” que assim serão pagas e ou compensadas através de BANCO DE HORAS pelo prazo máximo de 120 dias.

**DOMINGO** – O ultimo domingo que antecede a data natalina (25) o horário será das **9h00min às 15h00min**. (Aos empregados que se ativarem neste domingo deverão ter este dia compensado em um dos dias: 26, 27, 30 ou 31 de dezembro, ou ainda, no dia 02 de janeiro de 2014.

**DIA 24 /12** – Para véspera da data natalina o horário será das **9h00min às 17h00min** com uma hora de intervalo para a refeição. Pela hora efetivamente não trabalhada deverá ser assim computadas ou compensadas através de BANCO DE HORAS pelo prazo máximo de 120 dias.

**DIA 25/12 – NATAL - FECHADO**

**DIA 26/12** – Para o primeiro dia após a data natalina o horário será das **12h00min às 18h00min**. Pelas horas efetivamente não trabalhadas deverão ser assim computadas ou compensadas através de BANCO DE HORAS pelo prazo máximo de 120 dias.

**DIA 31/12** - Para o ultimo dia do ano (31) o horário será das **9h00min às 13h00min**. Pelas horas efetivamente não trabalhadas deverão ser assim computadas ou compensadas através de BANCO DE HORAS pelo prazo máximo de 120 dias.

**PARAGRAFO ÚNICO** - Durante o período estipulado para as festas natalinas de 06 a 21 de Dezembro de 2013, deverá ser fornecido a todos os funcionários, inclusive comissionistas, que permanecerem no estabelecimento no horário da janta, um lanche e um refrigerante, sem prejuízo do intervalo para a refeição como determinado por lei.

## JANEIRO

### **DIA 01 – FECHADO**

**DIA 02** - No primeiro dia útil do mês de Janeiro o horário será das **12h00min às 18h00min**. Pelas horas efetivamente não trabalhadas deverão ser assim computadas ou compensadas através de BANCO DE HORAS pelo prazo máximo de 120 dias.

**SÁBADO** – No primeiro sábado após o quinto dia útil o trabalho e funcionamento do comercio será das **9h00min às 17h00min**, com duas horas de intervalo para refeição. Pelas horas efetivamente trabalhadas deverão ser computadas até o limite de duas horas tidas como “horas extras” que assim serão pagas e ou compensadas através de BANCO DE HORAS pelo prazo máximo de 120 dias.

## FEVEREIRO

**SÁBADO** – No primeiro sábado após o quinto dia útil o trabalho e funcionamento do comercio será das **9h00min às 17h00min**, com duas horas de intervalo para refeição. Pelas horas efetivamente trabalhadas deverão ser computadas até o limite de duas horas tidas como “horas extras” que assim serão pagas e ou compensadas através de BANCO DE HORAS pelo prazo máximo de 120 dias.

## MARÇO

**SÁBADO** – No primeiro sábado após o quinto dia útil o trabalho e funcionamento do comercio será das **9h00min às 17h00min**, com duas horas de intervalo para refeição. Pelas horas efetivamente trabalhadas deverão ser

computadas até o limite de duas horas tidas como “horas extras” que assim serão pagas e ou compensadas através de BANCO DE HORAS pelo prazo máximo de 120 dias.

## **SEGUNDA – FEIRA DE CARNAVAL:**

**SEGUNDA – FEIRA DE CARNAVAL:** Nesta data o empregado se ativará das **12h00min às 18h00min**. Pelas 2 (duas) horas efetivamente não trabalhadas deverão ser assim computadas ou compensadas através de BANCO DE HORAS pelo prazo máximo de 120 dias. Da mesma forma, poderão ser compensadas as 8 (oito) horas se, não trabalhadas nesta data, em razão de compensação.

**TERÇA – FEIRA DE CARNAVAL: FECHADO** - Nesta data o empregado não deverá trabalhar. Pelas 8 (oito) horas efetivamente não trabalhadas deverão ser assim computadas ou compensadas através de BANCO DE HORAS pelo prazo máximo de 120 dias.

**QUARTA – FEIRA DE CARNAVAL:** Nesta data o empregado se ativará das **12h00min às 18h00min**. Pelas 2 (duas) horas efetivamente não trabalhadas deverão ser assim computadas ou compensadas através de BANCO DE HORAS pelo prazo máximo de 120 dias.

## **ABRIL:**

**Primeiro e segundo sábado**, o trabalho e funcionamento do comércio será das **9h00min às 17h00min**, com duas horas de intervalo para refeição. Pelas horas efetivamente trabalhadas deverão ser computadas até o limite de duas

horas tidas como “horas extras” que assim serão pagas e ou compensadas através de BANCO DE HORAS pelo prazo máximo de 120 dias.

### **MAIO:**

**No primeiro sábado** o trabalho e funcionamento do comercio será das **9h00min às 17h00min**, com duas horas de intervalo para refeição. Pelas horas efetivamente trabalhadas deverão ser computadas até o limite de duas horas tidas como “horas extras” que assim serão pagas e ou compensadas através de BANCO DE HORAS pelo prazo máximo de 120 dias.

Na **segunda sexta feira** o trabalho e funcionamento do comercio será das **9h00min às 22h00min**, com três horas de intervalo para refeição, respeitando o limite mínimo de 1 hora de intervalo por refeição. Pelas horas efetivamente trabalhadas deverão ser computadas até o limite de duas horas tidas como “horas extras” que assim serão pagas e ou compensadas através de BANCO DE HORAS pelo prazo máximo de 120 dias.

**No segundo sábado** o trabalho e funcionamento do comercio será das **9h00min às 17h00min**, com duas horas de intervalo para refeição. Pelas horas efetivamente trabalhadas deverão ser computadas até o limite de duas horas tidas como “horas extras” que assim serão pagas e ou compensadas através de BANCO DE HORAS pelo prazo máximo de 120 dias.

### **JUNHO**

**No primeiro sábado**, o trabalho e funcionamento do comercio será das **9h00min às 17h00min**, com duas horas de intervalo para refeição. Pelas horas efetivamente trabalhadas deverão ser computadas até o limite de duas

horas tidas como “horas extras” que assim serão pagas e ou compensadas através de BANCO DE HORAS pelo prazo máximo de 120 dias.

**Na segunda quarta feira,** o trabalho e funcionamento do comercio será das **9h00min às 22h00min**, com três horas de intervalo para refeições respeitando-se o intervalo mínimo de uma hora por refeição. Pelas horas efetivamente trabalhadas deverão ser computadas até o limite de duas horas tidas como “horas extras” que assim serão pagas e ou compensadas através de BANCO DE HORAS pelo prazo máximo de 120 dias.

## **JULHO**

**No primeiro e segundo sábado,** o trabalho e funcionamento do comercio será das **9h00min às 17h00min**, com duas horas de intervalo para refeição. Pelas horas efetivamente trabalhadas deverão ser computadas até o limite de duas horas tidas como “horas extras” que assim serão pagas e ou compensadas através de BANCO DE HORAS pelo prazo máximo de 120 dias.

## **AGOSTO**

**No segundo sábado** o trabalho e funcionamento do comercio será das **9h00min às 17h00min**, com duas horas de intervalo para refeição. Pelas horas efetivamente trabalhadas deverão ser computadas até o limite de duas horas tidas como “horas extras” que assim serão pagas e ou compensadas através de BANCO DE HORAS pelo prazo máximo de 120 dias.

## **SETEMBRO**

No **primeiro sábado** o trabalho e funcionamento do comercio será das **9h00min às 17h00min**, com duas horas de intervalo para refeição. Pelas horas efetivamente trabalhadas deverão ser computadas até o limite de duas horas tidas como “horas extras” que assim serão pagas e ou compensadas através de BANCO DE HORAS pelo prazo máximo de 120 dias.

## **OUTUBRO**

Na **segunda sexta feira** o trabalho e funcionamento do comercio será das **9h00min às 22h00min**, com três horas de intervalo para refeições, respeitando o limite mínimo de uma hora de intervalo por refeição. Pelas horas efetivamente trabalhadas deverão ser computadas até o limite de duas horas tidas como “horas extras” que assim serão pagas e ou compensadas através de BANCO DE HORAS pelo prazo máximo de 120 dias.

No **segundo sábado** o trabalho e funcionamento do comercio será das **9h00min às 17h00min**, com duas horas de intervalo para refeição. Pelas horas efetivamente trabalhadas deverão ser computadas até o limite de duas horas tidas como “horas extras” que assim serão pagas e ou compensadas através de BANCO DE HORAS pelo prazo máximo de 120 dias.

## **NOVEMBRO**

No **segundo sábado** o trabalho e funcionamento do comercio será das **9h00min às 17h00min**, com duas horas de intervalo para refeição. Pelas horas efetivamente trabalhadas deverão ser computadas até o limite de duas



horas tidas como “horas extras” que assim serão pagas e ou compensadas através de BANCO DE HORAS pelo prazo máximo de 120 dias.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Nos **demais sábados** não contemplados nesta convenção, as empresas do comércio do município de Santa Cruz das Palmeiras e Descalvado poderão iniciar suas atividades às 8h00 limitado seu término às 14h00, com pagamento de até 2h00 horas extras, se efetivamente trabalhadas ou acrescidas no BANCO DE HORAS, com compensação no prazo máximo de 120 dias.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Para o período denominado “**Dia do Freguês e ou Semana do Consumidor**”, fica convencionado que a Associação Comercial realizadora, através do SINCOMERCIO da cidade de Pirassununga, ou este, independentemente, deverá, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, informar ao Sindicato Profissional, sobre a realização do evento, que compreenderá uma semana do ano civil, em que o horário de trabalho dos comerciários poderá ser das **09h00 às 22h00 de segunda-feira à sexta-feira**. Deverá ser concedido três horas para refeições, respeitando o limite mínimo de uma hora por refeição e ser fornecido a todos os funcionários, inclusive comissionistas, que permanecerem no estabelecimento no horário da janta, um lanche e um refrigerante, sem prejuízo do intervalo para refeições como determinado por lei. **No sábado o horário será das 09h00 às 17h00** e deverá ser concedido 2 (duas) horas para refeição. Pelas horas efetivamente trabalhadas deverão ser computadas até o limite de doze horas tidas como “horas extras” que assim serão pagas e ou compensadas através de BANCO DE HORAS pelo prazo máximo de 120 dias.

**CLÁUSULA QUARTA** – Fica proibido o trabalho de menores e mulheres gestantes nos dias especificados neste calendário, exceto, se os próprios

interessados se manifestarem, por escrito, no sentido contrário, assistido o menor pelo seu representante legal.

**CLÁUSULA QUINTA** – Estabelecem as partes o adicional de 60% (sessenta por cento) para as horas suplementares trabalhadas de segunda-feira a sábado, desde que não tenham sido incluídas no Banco de Horas, o qual deverá ser acordado expressamente entre as partes interessadas, ou seja, empregador/empregado.

**CLÁUSULA SEXTA** – Todos os empregados que forem admitidos para prestarem serviços no comércio varejista, se sujeitarão aos horários e as cláusulas desta Convenção Coletiva, pois a esta terão adesão automática, a partir de sua inclusão no quadro de pessoal do comércio e lojas acordantes.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Enquadra-se neste acordo: empregados maiores e mulheres. Os empregados menores de ambos os sexos deverão ter suas horas extras compensadas durante a mesma semana e nunca superiores a 60 minutos diários.

**CLÁUSULA SETIMA – COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO:** A compensação da duração diária de trabalho, obedecidos aos preceitos legais, é permitida às empresas, atendidas as seguintes regras:

- a) Manifestação de vontade por escrito, por parte do empregado, assistido o menor pelo seu representante legal, em instrumento individual ou plúrimo;
- b) Na forma do disposto dos parágrafos 2º e 3º do artigo 59 da CLT, não estarão sujeitas a acréscimo salarial as horas suplementares trabalhadas, desde que

compensadas dentro de 120 dias, contados à partir da data do trabalho extraordinário;

**c)** As horas extras trabalhadas, não compensadas no prazo acima previsto, ficarão sujeitas à incidência do adicional legal de 60%, sobre o valor da hora normal;

**d)** As regras constantes desta cláusula serão aplicáveis, no caso do menor, ao trabalho no horário diurno, isto é, até às 22h00, obedecido, porém, o disposto no inciso I do artigo 413 da CLT;

**e)** Cumpridos os dispositivos desta cláusula, as entidades signatárias da presente se obrigam, quando solicitadas, a dar assistência sem ônus para as partes, inclusive em pendências decorrentes da aplicação do regime de compensação, salvo o da publicação de editais, nos acordos que venham a ser celebrados entre empregados e empregadores, integrantes das respectivas categorias, na correspondente base territorial.

**f)** para o controle das horas suplementares e respectivas compensações, ficam os empregadores obrigados a fazer constar do recibo de pagamento o montante das horas extras laboradas no mês, as horas extras compensadas e o saldo eventualmente existente para compensação;

**g)** na rescisão contratual por iniciativa do empregador, quando da apuração final da compensação de horário, fica vedado descontar do empregado o valor equivalente às eventuais horas não trabalhadas.

**Parágrafo 1º** - O exercício do direito previsto nesta cláusula fica condicionado ao encaminhamento, pelas empresas, de comunicado às respectivas entidades sindicais representativas informando acerca da adoção do sistema de compensação aqui previsto, sob pena de nulidade dos acordos celebrados individualmente com os empregados.

**Parágrafo 2º** - A ausência de acordo individual ou plúrimo, o descumprimento habitual do limite diário de horas suplementares efetivamente trabalhadas e a falta de anotação no recibo de pagamento previstos respectivamente nas alíneas “a”, “b” e “f” desta cláusula, implicará na suspensão do direito à compensação de horas;

**Parágrafo 3º** - A suspensão do direito à compensação previsto no parágrafo 2º, obrigará os sindicatos convenientes, em conjunto, à convocação da empresa objetivando a regularização da situação, sob pena da proibição da utilização do sistema de compensação até ao final da vigência desta norma, sem prejuízo das demais penalidades legais e convencionais.

**CLÁUSULA OITAVA** - Exclui-se do horário aqui estabelecido aquelas empresas com atividade constante da relação anexa ao decreto nº 27048/49 e que já possuem autorização legal na forma das leis 605/49 e 10101/2000, conforme redação dada pela lei nº 11603/07 e respeitada a legislação municipal.

**CLÁUSULA NONA - TRABALHOS EM FERIADOS:** Para as empresas constantes da relação anexa ao Decreto nº 27.048/49, estabelecidas no município de Descalvado e Santa Cruz das Palmeiras, fica permitido o trabalho nos feriados compreendidos entre 16 de novembro de 2013 a 16 de novembro de 2014, **excluídos as datas de 25 de dezembro e 01 de janeiro**, e para as demais empresas será permitido o trabalho e funcionamento do comércio apenas nos dias 21 de abril e 15 de novembro; se observadas e atendidas as demais regras e condições abaixo:

**Parágrafo 1º - REGRAS PARA ADESÃO** - Para adesão, as empresas deverão solicitar a expedição de autorização para cada estabelecimento interessado, através de requerimento (s) ao Sincomercio, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias do feriado, contendo as seguintes informações:

- a) Razão Social, CNPJ, Código Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, endereço completo, número de empregados no estabelecimento e identificação do responsável;
- b) Declaração de compromisso e cumprimento integral da presente Convenção Coletiva de Trabalho;
- c) Constatado o cumprimento dos pré-requisitos pelas entidades sindicais profissional e patronal, estas deverão, em conjunto, fornecer às empresas solicitantes a autorização, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data de recebimento da solicitação. Em se constatando qualquer irregularidade, a empresa deverá ser comunicada para que regularize sua situação, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis.
- d) As empresas que possuírem empregados se ativando em sistema de revezamento ou turno poderão trabalhar em horário além do previsto no *caput* da cláusula, com limite até às 23 (vinte três) horas.

**Parágrafo 2º** - Para as jornadas não superiores a 6 (seis) horas, o empregador pagará as horas efetivamente trabalhadas acrescidas do adicional de 100% (cem por cento);

**Parágrafo 3º** - Para as jornadas superiores a 6 (seis) horas, no limite máximo de 8 (oito) horas efetivamente trabalhadas, serão devidos, além do adicional de 100% (cem por cento), os seguintes valores a título de refeição:

- a) Para as empresas com até 10 (dez) empregados, o valor adicional mínimo a título de indenização, exclusivamente para refeição, será de R\$ 15,00 (quinze reais);
- b) Para as empresas com mais de 10 (dez) empregados, o valor adicional mínimo a título de indenização, exclusivamente para refeição, será de R\$ 30,00 (trinta reais).

c) Para as empresas com mais de 10 (dez) empregados e que fornecem refeições regularmente, o valor do adicional previsto no item “b”, a título de indenização para refeição, será de R\$ 20,00 (vinte) reais.

d) Além das contraprestações acima mencionadas, o empregador fornecerá ao empregado vale transporte necessário ao seu deslocamento de sua residência ao trabalho e vice-versa, de forma gratuita, sem qualquer desconto em folha.

e) A falsidade de declaração ou descumprimento das disposições contidas nos parágrafos primeiro, segundo e terceiro, uma vez constatada, ocasionarão a revogação da autorização, sendo imputada à empresa requerente o pagamento das diferenças salariais apuradas, acrescidas de multa de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) a favor do empregado que tenha efetivamente trabalhado, além do respectivo valor da refeição, se esta não tiver sido paga.

**Parágrafo 4º** - A prática do trabalho em feriados sem prévia autorização dará ensejo ao pagamento de multa, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), por empregado, que efetivamente tenha trabalhado, sem prejuízo dos direitos trabalhistas, revertida em favor do empregado.

**CLÁUSULA DÉCIMA** - A presente Convenção está limitada apenas ao período mencionado o qual será entregue à Sub-delegacia Regional do Trabalho de São Carlos, para fins de arquivo e registro, ficando cada uma das partes com vias de igual teor para um só efeito.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – A presente Convenção Coletiva somente poderá ser modificada, aditada ou complementada por posterior acordo entre as Entidades Sindicais, neste ato envolvidas.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – As partes deverão, para o disposto a nesta cláusula reunirem-se com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO COMPETENTE** – As dúvidas e controvérsias oriundas do descumprimento das cláusulas contidas no presente Convenção Coletiva de Trabalho serão dirimidas pela Justiça do Trabalho da Comarca de Porto Ferreira/SP.

.Pirassununga, 29 de Novembro de 2013.

**ADEMIR LAURIBERTO FERREIRA**

PRESIDENTE

Pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de São Carlos e Região

**EMERSON FERREIRA DOMINGUES**

Advogado OAB/SP nº 154.497

**PAULO JOÃO DE OLIVEIRA ALONSO**

PRESIDENTE

Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Pirassununga e Região